

**Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Lei Complementar Estadual nº 184/2018. Órgão Executivo. Autarquia Estadual Instituto Rio Metrópole. Viabilidade jurídica da sua integra o   Região Metropolitana. Vincula o ao Conselho Deliberativo, não mais integrando a Administra o Pública Estadual. Necessidade de edi o de nova Lei Complementar Estadual, alterando a LC não 184/2018. Considera es.**

Exmo. Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Promo o não 03 /2019 (fls. 03) do Exmo. Procurador-Chefe da *Procuradoria Administrativa* – PG-17, Dr. André Rodrigues Cyrino, por ordem do Procurador-Geral do Estado, Dr. Marcelo Lopes, para análise da "*possibilidade de que o Instituto Rio Metrópole, autarquia criada pela Lei Complementar não 184/2018, deixe de integrar a Administra o Pública estadual, e passe a integrar a própria Região Metropolitana, entendida como ente federativo sui generis*". Questiona-se, ainda, como se deve proceder para realizar essa modifica o.

2. O presente administrativo foi instruído com cópia do Parecer não 03 /2019 ARCY/PG-17 (fls. 04/28), da lavra do Ilmo. Procurador do Estado, Dr. André Rodrigues Cyrino, o qual tratou de questões jurídicas decorrentes da Lei Complementar Estadual não 184/2018, que instituiu a modelagem atual da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Dentre os pontos analisados, o Parecer tratou da viabilidade de cria o, pela referida lei, da Autarquia Especial Estadual Instituto Rio Metrópole, como  rg o Executivo da RMRJ.

3. Na ocasião, o Parecer não 03/2019 ARCYIPG-17 concluiu pela viabilidade jurídica do desenho institucional trazido pelo art. 13, *caput*, da LC não 184/2018<sup>1</sup>, no qual o Instituto, com natureza jurídica de autarquia especial, vincula-se, (i) de um lado,   Administra o do Estado do Rio de Janeiro para fins organizacionais, e, (ii) de outro lado, quanto às suas decisões finalísticas, aos comandos do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana (CDRM). Posteriormente, tal orienta o foi reforçada pelo Parecer não 08/2019 ARCY/PG-17, também da lavra do Procurador do Estado André Rodrigues Cyrino<sup>2</sup>.

4. Já a presente consulta, diversamente, trata da possibilidade de altera o da referida modelagem de modo que a autarquia Instituto Rio Metrópole passe a se vincular integralmente   RMRJ, isto  , tanto quanto às decisões finalísticas, como para fins organizacionais. Desse modo, deixaria de ser uma

---

<sup>1</sup>Art. 13 Fica criado o Instituto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro -Instituto Rio Metrópole, entidade integrante, para fins organizacionais, da Administra o Pública Estadual indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada, para fins organizacionais, ao Governo do Estado, com a fun o de executar as decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, bem como de assegurar suporte necessário ao exercício de suas atribui es, em especial quanto ao detalhamento das diretrizes gerais, planos e normas metropolitanas, definidas pelo próprio Conselho Deliberativo. (*grifou-se*)

<sup>2</sup> Conforme arguiu o Parecer não 08/2019 ARCYIPG-17: "*o Instituto Rio Metrópole não perde sua natureza de autarquia estadual pelo simples fato de estar vinculado às decisões da Região Metropolitana. Trata-se de novo desenho institucional que se insere no âmbito da discricionariedade legislativa capaz de aglutinar interesses regionais na forma do art. 23, parágrafo único da Constitui o da República*"

autarquia estadual vinculada ao CDRM, e se tomaria, por conseguinte, uma espécie de *autarquia integralmente metropolitana*.

5. A esse respeito, registre-se que, à época da concepção do anteprojeto de lei que, posteriormente, deu origem à LC Estadual nº 184/2018, o Parecer nº 02/15-RTAM-PG-2, da lavra do Ilmo. Procurador do Estado, Dr. Rodrigo Tostes Mascarenhas, esclareceu que a opção de conferir ao Órgão Executivo a forma de autarquia em regime especial integrante da Administração Pública Estadual se deu com o objetivo de contornar as dificuldades práticas que envolvem a criação de um Consórcio Público interfederativo, com o ônus de repassar o custo majoritário de sua manutenção ao Estado do Rio de Janeiro<sup>3</sup>.

6. Assim, contornaram-se eventuais questionamentos acerca da necessidade de lei autorizativa de cada município integrante, dentre outros requisitos formais previstos na Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/05), para que se conferisse personalidade jurídica à Região Metropolitana<sup>4</sup>.

7. É o relatório. Passo a opinar.

8. Parece-me plenamente possível a transformação do Órgão Executivo da RMRJ, a autarquia estadual Instituto Rio MetrÓpole, em uma autarquia integralmente metropolitana, cuja organização passaria a competir ao CDRM, composto pelo colegiado de Estado e municípios metropolitanos.

9. Tanto é assim que o próprio STF, no julgamento da ADI nº 1.842/RJ, admite uma ampla liberdade de escolha legislativa do desenho institucional da RM, desde que a modelagem eleita seja capaz de evitar que *"o poder decisório e o poder concedente se concentrem nas mãos de um único ente para preservação do autogoverno e da autoadministração dos municípios"*.<sup>5</sup>

10. Como bem explica o voto do Ministro Ricardo Lewandowski<sup>6</sup>

**"É importante ressaltar que não se pretende aqui estabelecer um padrão único e homogêneo gestão dos novos entes territoriais**, porquanto há especificidades regionais que devem ser respeitadas na organização, planejamento, regulação, execução e fiscalização das funções públicas de interesse comum que neles se desenvolvem.

Existe, contudo, **não se pode olvidar, um mínimo denominador comum**, derivado dos princípios e regras constitucionais que regem a matéria, o qual condiciona e legitima o relacionamento dos diferentes entes da Federação entre si.

No caso das entidades regionais, o mínimo denominador comum para o seu adequado funcionamento consiste no **compartilhamento das decisões relativas às funções públicas de interesse comum**, inclusive quanto ao poder de concessão dos respectivos serviços, de tal modo que não haja concentração dessa competência na esfera de um único ente, seja ele o Estado instituidor, o Município-pólo ou qualquer dos demais Municípios, e **desde que não se dê a**

<sup>3</sup> Nas palavras do parecerista: *"A solução 'teoricamente ideal' seria a formação de um consórcio. Mas a atual RM do Rio de Janeiro tem 22 entes. Fazer com que todos estes entes entrem voluntariamente num consórcio, com todas suas exigências formais, nos pareceu, 'na prática', inviável"* e *"A criação de autarquia estadual para funcionar como órgão executivo da RM traz um ganho de simplicidade e clareza, mas tem um custo. O custo é que, sendo estadual, esta autarquia será custeada por recursos do orçamento estadual"* [Fls. 5/ § 25].

<sup>4</sup> Conforme explana o Parecer nº 02/15-RTAM-PG-2: *"Atribuir personalidade jurídica à própria RM talvez fosse possível, mas entraríamos em terreno completamente inexplorado. Tratar-se-ia de que? Um novo integrante da federação, uma 'administração direta 11 metropolitana, uma autarquia metropolitana? Seria nesse caso dispensável a lei de cada um dos entes? Como conciliar todas essas dificuldades – de ordem prática e jurídica - para a implementação de um ente dessa natureza e, ao mesmo tempo, evitar questionamentos capazes de inviabilizar a implementação de solução tão urgente e necessária?"* [Fls. 6/ § 28].

<sup>5</sup> ADI 1842/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 06/03/2013.

<sup>6</sup> ADI 18421RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. pl Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 06 /0312013, inteiro teor, p. 257.

**preponderância da vontade de determinado ente federado sobre os outros no processo de tomada de decisão." (destacou-se)**

11. Na mesma linha, segue o voto do Ministro Gilmar Mendes<sup>7</sup>:

"Nada obstante a discussão doutrinária quanto à possibilidade de a região metropolitana, a microrregião e o aglomerado urbano deterem personalidade jurídica própria [...], **o importante é a existência de estrutura** (convênio, agência reguladora, conselho deliberativo etc.) **com alguma forma de participação de todos os entes envolvidos**, capaz de concentrar em um órgão uniformizador e técnico, responsável pela regulação e controle do serviço de saneamento básico.

[...]

Ressalte-se, porém, que a participação dos entes nessa decisão colegiada não necessita ser paritária, desde que apta a prevenir a concentração do poder decisório no âmbito de um único ente." (destacou-se)

12. Em outras palavras, a preocupação da Suprema Corte reside na **promoção da participação, em algum grau** (mesmo que não paritário), de todos os entes federativos integrantes da RM, sobretudo dos municípios menores, na gestão dos serviços metropolitanos.

13. É O caso da modelagem atual que garante, em abstrato, a pluralidade da composição do Órgão Deliberativo da RM e a isonomia material do poder de voto de cada ente integrante, via distribuição de pesos dos votos, segundo critérios razoáveis (art. 10, LC 184/2018). Por mais que a estruturação e a organização do Instituto Rio Metrópole caiba exclusivamente ao ERJ, o poder de decisão sobre a execução das políticas metropolitanas remanesce com o CDRM, já que a autarquia, do ponto de vista material, submete-se ao decidido pelo CD.

14. Por outro lado, transformar O Instituto Rio Metrópole em uma autarquia integralmente metropolitana, com participação proporcional de cada ente federado na sua administração, **potencializa, de forma ainda mais intensa, o espírito de integração e cooperação interfederativa** preconizada no art. 25, §3º, da CRFB<sup>8</sup> e na jurisprudência do STF<sup>9</sup> ao permitir que os municípios **participem** não apenas das decisões sobre os rumos dos serviços metropolitanos, como **também do efetivo acompanhamento da execução destes**. Assim, tende a efetivar ainda mais os objetivos da RMRJ (art. 6º, LC 184/2018) de combate às desigualdades intrametropolitanas (inciso I) e de busca do equilíbrio entre os municípios que a compõe (inciso II).

15. Como já explanado, o STF admite uma ampla liberdade na formatação formal dos órgãos metropolitanos, não havendo qualquer óbice à constituição de uma autarquia metropolitana, vinculada, para fins organizacionais, ao CDRM. Pelo contrário, tal possibilidade é chancelada expressamente na ADI nº 1.842/RJ:

---

<sup>7</sup> ADI 1842/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 06/03/2013, inteiro teor, pp. 183-184.

<sup>8</sup> Art. 25. § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, **para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.** (destacou-se)

<sup>9</sup> Conforme bem esclarece o voto do Ministro Ricardo Lewandowski: "*Parece-me, portanto, que a gestão compartilhada das novas regiões, previstas no art. 25, § 3º, da CF, entre os Municípios e o Estado, é a solução que melhor se harmoniza com a preservação da autonomia local e a imprescindível atuação do ente instituidor como coordenador das ações que envolvam o interesse comum de todos os integrantes do ente regional*" (destacou-se). ADI 184200, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 06/03/2013, inteiro teor, p. 247.

"Ora, se a região metropolitana é um conceito jurídico que institucionaliza um fenômeno empírico, a saber, a existência de núcleos urbanos contíguos, com interesses públicos comuns, correspondendo, na abalizada lição de Alaor Caffé, a uma autarquia territorial, intergovernamental e plurifuncional, sem personalidade política, torna-se, então, necessário compreendê-la a partir de noções que superem a visão tradicional que se têm da própria federação."<sup>10</sup> (*destacou-se*)

**"Em suma, a própria lei complementar que institui a entidade regional poderá lhe conferir personalidade jurídica - que terá natureza territorial-autárquica -, transferindo àquela a titularidade dos serviços públicos reputados de interesse comum, exercendo-a por delegação dos entes federados que detém a titularidade originária".**<sup>11</sup> (*destacou-se*)

16. Assim, conforme consta dos trechos acima, parece viável juridicamente a criação de uma entidade metropolitana *sui generis*, desde que (i) **mediante lei complementar estadual**, visto se tratar de órgão integrante da Região Metropolitana; e desde que (ii) **com personalidade jurídica de direito público**, dada sua natureza autárquica.

17. Logo, para promover a transformação pretendida no Instituto Rio MetrÓpole, entendo ser necessária a alteração da LC Estadual nº 184/2018, em especial do artigo 13, que trata da vinculação da autarquia ao ERJ. E também entendo ser mais prudente que se adote a personalidade jurídica de direito público, tendo em vista que, dentre as competências legais do Instituto Rio MetrÓpole, constam atividades que envolvem poder de império, como, *e.g.*, a possibilidade de intervenção em serviços públicos (art. 13, I, "c" e II, "c", LC nº 184/2018) e de condução de licitações (art. 13, I, "a")<sup>12</sup>.

18. Vale frisar que tal autarquia metropolitana referenciada nos trechos acima, por mais que se assemelhe à associação pública interfederativa prevista na Lei de Consórcios Públicos, não se confunde com esta; trata-se de entidade federativa *sui generis* que não se submete ao rito e aos requisitos da Lei de Consórcios Públicos.

19. Assim, para a constituição da autarquia metropolitana, é desnecessária a obtenção de autorização legislativa específica de cada ente federativo metropolitano, visto que, segundo a

---

<sup>10</sup> ADI 1842/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 06/03/2013, inteiro teor, pp. 242-243.

<sup>11</sup> ADI 1842/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 06/03/2013, inteiro teor, pp. 258-259.

<sup>12</sup> Art. 13 Fica criado o Instituto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro -Instituto Rio MetrÓpole, entidade integrante, para fins organizacionais, da Administração Pública Estadual indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada, para fins organizacionais, ao Governo do Estado, com a função de executar as decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, bem como de assegurar suporte necessário ao exercício de suas atribuições, em especial quanto ao detalhamento das diretrizes gerais, planos e normas metropolitanas, definidas pelo próprio Conselho Deliberativo.

I - em matéria de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário:

a) conduzir ou acompanhar as licitações e encaminhar para assinatura do Presidente do Conselho os contratos, convênios e outros instrumentos que, precedidos ou não de licitação, tenham como objeto a prestação de serviços de saneamento;

(...)

c) executar intervenção nos serviços delegados, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, ouvida a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro-ALERJ;

II - em matéria de mobilidade urbana metropolitana:

(...)

c) executar a intervenção nos serviços delegados, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, ouvida a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro- ALERJ por projeto de lei.

jurisprudência do STF, uma vez editada a Lei Complementar Estadual que institui a Região Metropolitana, a adesão dos municípios é compulsória (ADIs nº 796/ES, 1841/RJ e 1842/RJ)<sup>13</sup>.

20. Ora, não faria sentido a adesão dos municípios ser compulsória em relação aos Órgãos Deliberativo e Consultivo da RM, mas não o ser quanto ao Órgão Executivo. A exigência de autorização legislativa tratar-se-ia de um contrassenso, já que acarretaria, na prática, na obstrução das atividades da RM, indo de encontro ao espírito da CRFB e da ADI 1842/RJ<sup>14</sup>.

21. Noutro giro, vale observar que, caso efetivamente se transforme o Instituto Rio Metrópole em autarquia metropolitana, seria oportuno promover a adequa o de seus regulamentos internos, em especial revogando os dispositivos que prevejam a submissão de minutas e de manifesta es do Instituto Rio Metrópole ao crivo da PGERJ.

22. O Parecer n  08/2019 ARCY/PG-17, ao apreciar a questão, entendeu pela validade de tais previsões quando dissessem respeito a aspectos organizacionais da autarquia, visto que a autarquia se vincula ao Estado para fins estritamente organizacionais. Contudo, uma vez que o Instituto Rio Metrópole passe a se vincular para fins organizacionais ao CDRM, a submissão de tais minutas e manifesta es ao crivo da PGE-RJ passaria a violar a autonomia federativa dos municípios integrantes da RM, já que o art. 16 da LC 184/2018<sup>15</sup> designou   Procuradoria do Instituto Rio Metrópole (composta por procuradores do estado e dos municípios) a competência para representa o judicial e consultoria jurídica da RMRJ.

23. Por fim, antes que se prossiga com a transforma o do Instituto Rio Metrópole em autarquia metropolitana, relevante averiguar se o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, previsto no art. 20 da LC n  184/2018, possui recursos para arcar com os custos de manuten o da autarquia, atualmente a cargo do ERJ por integrar a Administra o Pública Estadual.

  o parecer.

**GUSTAVO BINENBOJM**

**Procurador do Estado do Rio de Janeiro**

---

<sup>13</sup> ADI 1841/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 20.9.2002; ADI 796/ES, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ 17.12.1999; ADI 1842/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, j. 06/0312013.

<sup>14</sup>Nessa linha: Nesse contexto,   preciso garantir, por um lado, que um município isoladamente n  obstrua todo o esforço comum para viabilidade e adequa o da fun o de saneamento básico em toda região metropolitana, microrregião e aglomerado urbano" (grifou-se) ADI 1842/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 06/0312013, inteiro teor, p. 177.

<sup>15</sup>Art. 16 O Instituto Rio Metrópole contará com uma Procuradoria, incumbida da representa o judicial e da consultoria do Instituto e do Conselho Deliberativo, a ser formada por Procuradores do Estado e Procuradores de carreira dos Municípios integrantes da Região Metropolitana, a serem cedidos ao Instituto pelo prazo de até três anos, renováveis, por igual período.

## VISTO

### Visto nº 13/2019 – PGE/PG-17/ARCY

### Processo Administrativo E-14/001.063825/2019

VISTO. Por estar integralmente de acordo, aprovo o erudito Parecer GUB nº 04/2019, da lavra do i. Procurador do Estado, Gustavo Binenbojm, que analisou a possibilidade de que o Instituto *Rio* Metrópole, autarquia criada pela Lei Complementar nº 184/2018 que hoje integra (para fins organizacionais) a Administra o Pública indireta do Estado do *Rio* de Janeiro, deixe de ser uma entidade estadual, e passe a integrar a própria Região Metropolitana (RM).

Segundo as conclusões apontadas no Parecer GUB nº 04/2019:

1.   plenamente possível a transforma o da autarquia estadual Instituto Rio Metrópole em uma autarquia integralmente metropolitana, que passaria a responder, diretamente, para todos os fins, ao Conselho Deliberativo da Região Metropolitana (CDMR), composto pelo colegiado de Estado e municípios metropolitanos.

2. Transformar o Instituto Rio Metrópole em uma autarquia integralmente metropolitana, com participa o proporcional de cada ente federado na sua administra o, potencializa, de forma ainda mais intensa, o espírito de integra o e coopera o interfederativa. Mais: o modelo vai ao encontro da decisão do STF na ADI nº 1842, ao mesmo tempo em que promove ainda mais os objetivos da RMRJ (art. 6 , LC nº 184/2018) de combate às desigualdades intrametropolitanas e de busca do equilíbrio entre os municípios que a compõe.

3. Segundo o STF (ADI nº 1842) a Constitui o conferiu ampla liberdade legislativa para fins de defini o de desenho institucional dos órgãos metropolitanos, não havendo impedimentos   constitui o de uma autarquia metropolitana, vinculada, para fins organizacionais, ao CDRM.

4. A transforma o em questão pressupõe a altera o da Lei Complementar Estadual nº 184/2018, em especial do artigo 13, que trata da vincula o da autarquia ao Estado do Rio de Janeiro.

5. Tal autarquia metropolitana não se confunde com a associa o pública interfederativa prevista na Lei de Consórcios Públicos. Trata-se de entidade federativa *sui generis* que não se submete ao rito e aos requisitos da Lei de Consórcios Públicos. Assim,   desnecessária a obten o de autoriza o legislativa específica de cada ente federativo metropolitano, visto que, segundo a jurisprudência do STF, uma vez editada a Lei Complementar Estadual que institui a Região Metropolitana, a adesão dos municípios   compulsória. Caso contrário, a autoriza o legislativa de cada município acarretaria, na prática, obstru o das atividades da RM.

6. Caso o Instituto Rio Metrópole se transforme em autarquia metropolitana, seria oportuno promover a adequa o de seus regulamentos internos, em especial revogando dispositivos que prevejam a submissão de minutas e de manifesta es do Instituto Rio Metrópole (de cunho organizacional) ao crivo da PGE-RJ. No novo desenho, tal competência será da Procuradoria do Instituto Rio Metrópole.

7. Por fim, necessário averiguar se o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana possui recursos para arcar com os custos de manuten o da autarquia, atualmente a cargo do Estado do Rio de Janeiro por integrar a Administra o Pública Estadual.

  PG-2, para superior considera o.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2019.

**ANDRÉ RODRIGUES CYRINO**  
**Procurador do Estado**  
**Procurador-Chefe da PG-17**

O presente processo administrativo cuida de análise da possibilidade jurídica da transformação do Instituto Rio Metrópole em uma autarquia metropolitana.

Considerando as conclusões alcançadas no Parecer nº 04/2019 GUB, chancelado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa e aprovado pelo Subprocurador-Geral do Estado, no sentido da viabilidade jurídica da existência de uma autarquia integralmente metropolitana, solicito, em acréscimo, seja examinado o regime jurídico dos servidores integrantes dos quadros da referida autarquia, se transferida para a Região Metropolitana, em especial: (i) no que se refere à submissão ao teto remuneratório constitucional; e, (ii) caso exista vinculação ao teto, quanto ao parâmetro para sua aplicação.

À D. PG-17, em prosseguimento.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2020.

**MARCELO LOPES DA SILVA**  
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

## VISTO

### P.A. nº E-14/063825/2019

Visto. **Aprovo** o Parecer nº 04/2019-GUB, da lavra do Procurador do Estado **GUSTAVO BINENBOJM**, chancelado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa (PG-17) **ANDRÉ RODRIGUES CYRINO**, que concluiu pela viabilidade jurídica do Instituto Rio Metrópole, autarquia criada pela Lei Complementar nº 184/18, deixe de ser uma entidade estadual e passe a integrar a Região Metropolitana.

As **conclusões** do parecerista, compendiadas no Visto de fls. 38/39, podem ser assim sintetizadas:

a-)   juridicamente viável a transforma o da autarquia estadual Instituto Rio Metrópole em uma autarquia integralmente metropolitana, que passaria a responder, diretamente, para todos os fins, ao Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, composto pelo colegiado do Estado e dos Municípios metropolitanos;

b-) Transformar o Instituto Rio Metrópole em uma autarquia integralmente metropolitana, com participa o proporcional de cada ente federado na sua administra o, potencializa, de forma ainda mais intensa, o espírito de integra o e coopera o interfederativa. Mais: o modelo vai ao encontro da decisão do STF na ADI nº 1842, ao mesmo tempo que promove ainda mais os objetivos da Região Metropolitana (art. 6 , LC nº 184/18) de combate às desigualdades intrametropolitanas e de busca do equilíbrio entre os Municípios que a compõe;

c-) Segundo o STF (ADI nº 1842) a Constitui o conferiu ampla liberdade legislativa para fins de defini o de desenho institucional dos órgãos metropolitanos, não havendo impedimentos   constitui o de uma autarquia metropolitana, vinculada, para fins organizacionais, ao Conselho Deliberativo da Região Metropolitana;

d-) A transforma o em questão pressupõe a altera o da Lei Complementar nº 184/18, em especial do artigo 13, que trata da vincula o da autarquia ao Estado do Rio de Janeiro;

e-) Tal autarquia metropolitana não se confunde com a associa o pública interfederativa prevista na Lei de Consórcios Públicos. Trata-se de entidade federativa *sui generis* que não se submete ao rito e aos requisitos da Lei de Consórcios Públicos. Portanto,   desnecessária a obten o de autoriza o legislativa específica de cada ente federativo metropolitano, visto que, segundo a jurisprudência do STF, uma vez editada a Lei Complementar Estadual que institui a Região Metropolitana, a adesão dos Municípios   compulsória. Caso contrário, a autoriza o legislativa de cada Município acarretaria, na prática, obstru o das atividades da Região Metropolitana;

f-) Caso o Instituto Rio Metrópole se transforme em autarquia metropolitana, seria oportuno promover a adequa o de seus regulamentos internos, em especial revogando dispositivos que prevejam a submissão de minutas e manifesta es do Instituto Rio Metrópole (de cunho organizacional) ao crivo da PGE-RJ. No novo desenho, tal competência será da Procuradoria do Rio Metrópole;

g-) Por fim, necessário averiguar se o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana possui recursos para arcar com os custos da manuten o da autarquia, atualmente a cargo do Estado do Rio de Janeiro por integrar a Administra o Pública Estadual.

Ao Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado, **MARCELO LOPES DA SILVA**, em resposta   indaga o formulada às fls. 03.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2019.

**SÉRGIO LUIZ BARBOSA NEVES**  
SUBPROCURADOR-GERAL DO ESTADO